



Plano de Manejo

Anexo IX - Relatório Temático da Legislação e Normas Pertinentes

Responsável Técnico:
Advogado, M.Sc. Rafael Goidanich Costa

Florianópolis, dezembro de 2010



Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Econômico
Sustentável



Consultoria Permanente



Elaboração



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	3
3	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ZONAS DE AMORTECIMENTO	3
4	BIOMA MATA ATLÂNTICA.....	7
5	ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.....	7
6	RESERVA FLORESTAL LEGAL.....	8
7	QUEIMADAS.....	9
8	FAUNA	10
9	RECURSOS HÍDRICOS.....	10
10	AGRICULTURA	11
11	ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGMS).....	11
12	CRIMES E INFRAÇÕES AMBIENTAIS.....	12
13	EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	12
14	INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	13
15	LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	13
16	INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA FATMA PARA DIVERSAS ATIVIDADES.....	14
17	LEIS MUNICIPAIS.....	15
17.1	Orleans/SC	15
17.2	Grão Pará/SC	17

1 INTRODUÇÃO

Neste relatório são destacadas disposições de normas federais e estaduais de diversos níveis hierárquicos, que se aplicam no contexto do Parque Estadual da Serra Furada, sua zona de amortecimento e região de abrangência.

2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Artigo 170: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: III - função social da propriedade; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Artigo 186: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.

Artigo 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Parágrafo primeiro: para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos; IV - exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental; VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; e VII - proteger a fauna e a flora. Parágrafo terceiro: as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ZONAS DE AMORTECIMENTO

Lei Federal nº. 6.938/81: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Estabelece como um dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais e a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas¹. Define a estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)². Apresenta como instrumento da PNMA a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público federal, estadual e municipal³.

¹ Artigo 2º, IV, da Lei Federal nº. 6.938/81.

² Artigo 6º da Lei Federal nº. 6.938/81.

³ Artigo 9º, VI, da Lei Federal nº. 6.938/81.

Lei Federal nº. 9.985/2000: Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Os objetivos e diretrizes do sistema de unidades de conservação são apresentados nos artigos 4º e 5º da Lei. A categoria de manejo “Parque” tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.⁴ A área da UC é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

As unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo, o qual deve abrangerá sua área, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas⁵. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo⁶. O artigo 30 dispõe que as unidades de conservação podem ser geridas por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável pela sua gestão.

As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos⁷. Zona de amortecimento (ZA) é a área de entorno da unidade de conservação (UC), estabelecida e delimitada por ato do poder público, onde podem ser estabelecidas normas de uso e restrições às atividades humanas, visando minimizar impactos na área protegida e sua região de entorno. O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento da UC e dos corredores ecológicos, desde que respeitados os parâmetros da legislação em vigor e embasado em critérios técnicos devidamente justificados (ver item correspondente no corpo principal do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada). Ao ser estabelecida a zona de amortecimento de uma UC, sua área não pode ser transformada em zona urbana⁸. Sua delimitação e as respectivas normas de uso poderão ser definidas no ato de criação da UC ou posteriormente. A lei define corredores ecológicos como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais⁹.

⁴ Artigo 11 da Lei Federal nº. 9.985/00.

⁵ Artigo 27 da Lei Federal nº. 9.985/00.

⁶ Artigo 29 da Lei Federal nº. 9.985/00.

⁷ Artigo 25, § 1º da Lei Federal nº. 9.985/00.

⁸ Artigo 49, parágrafo único da Lei Federal nº. 9.985/00.

⁹ Artigo 2º, XIX da Lei Federal nº. 9.985/00.

A Lei do SNUC estabelece o mecanismo de compensação ambiental e seus critérios para apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, que afetem a UC ou sua zona de amortecimento¹⁰. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral, em unidades de conservação, onde estes equipamentos são admitidos ou suas zonas de amortecimento, dependem de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Decreto Federal nº. 99.274/90: Regulamenta a Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente). Destaca o artigo 1º que na execução da Política Nacional do Meio Ambiente cumpre ao Poder Público, nos seus diferentes níveis de governo: II - proteger as áreas representativas de ecossistemas mediante a implantação de unidades de conservação e preservação ecológica; O artigo 27 estabelece que nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota ficará subordinada às normas editadas pelo CONAMA.

Decreto Federal nº. 2.519/98: Promulga a Convenção Sobre Diversidade Biológica, Assinada no Rio de Janeiro, em 05 de Junho de 1992. Destaque para artigo 8º que dispõe sobre conservação *in situ* da biodiversidade e para o artigo 13 sobre educação ambiental e conscientização pública sobre conservação da biodiversidade.

Decreto Federal nº. 4.339/02: Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Componente 2 – Conservação da Biodiversidade: item 11.1. Primeira Diretriz: Conservação de ecossistemas em áreas não estabelecidas como Unidades de Conservação. Objetivos Específicos: item 11.1.3. Planejar, promover, implantar e consolidar corredores ecológicos e outras formas de conectividade de paisagens, como forma de planejamento e gerenciamento regional da biodiversidade, incluindo compatibilização e integração das reservas legais, áreas de preservação permanente e outras áreas protegidas; Item 11.2. Segunda Diretriz: Conservação de ecossistemas em unidades de conservação. Promoção de ações de conservação *in situ* da biodiversidade dos ecossistemas nas unidades de conservação, mantendo os processos ecológicos e evolutivos, a oferta sustentável dos serviços ambientais e a integridade de ecossistemas. Objetivos Específicos: item 11.2.4. Incentivar processos de gestão participativa em conformidade com a Lei do SNUC; item 11.2.5. incentivar a participação do setor privado na conservação *in situ*, com ênfase na criação de RPPN e no patrocínio de UC pública; item 11.2.7. Desenvolver mecanismos adicionais de apoio às UCs de proteção integral, inclusive pela remuneração de serviços ambientais;

Decreto Federal nº. 4.340/02: Regulamenta artigos da Lei Federal nº. 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Dispõe que o plano de manejo será aprovado em portaria do órgão gestor, no caso de reserva biológica¹¹. O artigo 33 estabelece que a aplicação dos recursos da compensação ambiental estabelecida pelo artigo 36 da lei do SNUC, deve obedecer a seguinte ordem de prioridade: Regularização fundiária e demarcação de terras; Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo; Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da Unidade compreendendo sua área de amortecimento; Desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova UC; Desenvolvimento de pesquisas necessárias ao manejo da UC e área de

¹⁰ Artigo 36 e parágrafos da Lei Federal nº. 9.985/00.

¹¹ Artigo 12º, I do Decreto Federal nº. 4.340/02.

amortecimento. Os artigos 17 a 20 dispõem sobre a estrutura, funcionamento e competências dos conselhos de Unidades de Conservação. Os artigos 2º a 24 orientam a gestão compartilhada com OSCIP.

Decreto Federal nº. 5.758/06: Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias. Anexo 1.1. Princípios – XI. reconhecimento dos elementos integradores da paisagem, em especial as áreas de preservação permanente e as reservas legais, como fundamentais na conservação da biodiversidade; 1. 2 Diretrizes – VI. as áreas protegidas devem ser apoiadas por um sistema de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, integrado com a gestão das bacias hidrográficas.

Decreto Federal nº. 6.848/09: Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental. Estabelece regras e metodologia para o cálculo da compensação ambiental, considerando exclusivamente os impactos negativos sobre o meio ambiente e define o percentual de 0,5% como teto do valor da compensação ambiental prevista no artigo 36 da Lei do SNUC.

Resolução CONAMA nº. 371/06: Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº. 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências.

Lei Estadual nº. 14.675/09, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente: Estabelece nos artigos 136 a 168 disposições para a implementação e gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza. Dispõe que as unidades de conservação somente poderão ser criadas por meio de lei e sua efetiva implantação somente ocorrerá com recursos previamente inseridos no orçamento do Estado, especificamente destinados às desapropriações e indenizações decorrentes de sua implementação¹². Também indica a necessidade de aprovação do plano de manejo junto ao CONSEMA¹³. Destaca-se a possibilidade do órgão gestor buscar parcerias para a implantação e gestão das unidades de conservação com a União, Estados e Municípios, por meio de convênio, ou com OSCIP, com objetivos afins, nos termos da lei federal¹⁴. Expressa também a obrigação de realização de programa de monitoramento da fauna silvestre, instituído pelo órgão executor e executado por este ou por meio de parcerias com o setor público ou privado¹⁵. Outro importante aspecto é a instituição de preço público de visitação de unidade de conservação estadual, a ser cobrado pelo órgão executor, diretamente ou por delegação a terceiros, cujo valor e as hipóteses de isenção devem constar em Portaria do órgão gestor, e os recursos aplicados nas unidades de conservação do Estado¹⁶. Tal norma cria o Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento – FCAD, o qual se destina a investir no Sistema Estadual de Unidades de Conservação, especialmente no que tange à regularização fundiária, dentre outros objetivos.

Decreto Estadual nº. 11.233/80: Cria o Parque Estadual da Serra Furada, com área de 1.329 hectares nos municípios de Orleans e Grão-Pará/SC. A íntegra desta norma se encontra no anexo do plano de manejo.

¹² Artigo 140 da Lei Estadual 14.675/09. É importante destacar que a constitucionalidade do artigo 140º referido está sob análise do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pela Procuradoria Geral da República contra a referida lei estadual.

¹³ Artigo 140, § 1º, IV da Lei Estadual nº. 14.675/09.

¹⁴ Artigo 142 da Lei Estadual nº. 14.675/09.

¹⁵ Artigo 143 da Lei Estadual nº. 14.675/09.

¹⁶ Artigo 155 Lei Estadual nº. 14.675/09.

4 BIOMA MATA ATLÂNTICA

Lei Federal nº. 11.428/06: Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Destaca-se o artigo 11, que veda o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica quando: I - a vegetação: c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração; d) proteger o entorno das unidades de conservação. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública¹⁷. A vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social. Todos os casos deverão ser devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica¹⁸. Os artigos 20, 21 e 22 tratam da proteção da vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração e dos casos excepcionais e critérios para o corte ou supressão.

Decreto Federal nº. 6.660/08: Regulamenta dispositivos da Lei nº. 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Resolução CONAMA nº. 388/07: Dispõe sobre a convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.

Resolução CONAMA nº. 04/94: Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais em Santa Catarina.

Instrução Normativa Ministério do Meio Ambiente nº. 06/08: Institui a Lista das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.

5 ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Lei Federal nº. 4.771/65, que institui o Código Florestal Brasileiro. Define como área de preservação permanente a área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º da referida Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas¹⁹. Dispõe no artigo 4º que a supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública

¹⁷ Artigo 14 da Lei Federal nº. 11.428/06.

¹⁸ Artigo 17 da Lei Federal nº. 11.428/06.

¹⁹ Artigo 1º, § 2º, II da Lei Federal nº. 4.771/65. Acrescido pela MP 2.166-67/2001.

Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada – Relatório Temático da Legislação e Normas Pertinentes

ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Medida Provisória nº 2.166-67/01 Acrescenta e altera dispositivos do Código Florestal. Aspectos destacados no item acima.

Lei Estadual nº. 14.675/09 – Institui o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina. Estabelece nos artigos 114 a 119 disposições sobre área de preservação permanente.

Resolução CONAMA nº. 303/02 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Resolução CONAMA nº. 369/06 - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.

6 RESERVA FLORESTAL LEGAL

Lei Federal nº. 4.771/65: Institui o Código Florestal Brasileiro. Define Reserva legal como a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e à reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas²⁰. Dispõe no artigo 16 que as florestas nativas e outras formas de vegetação são suscetíveis de supressão²¹, desde que cada propriedade mantenha um percentual mínimo a título de reserva legal, fora a vegetação situada em área de preservação permanente. Na região sul do Brasil, esse percentual é de 20% da área total da propriedade (art. 16, IV). A localização da reserva legal deve ser aprovada pelo órgão estadual competente, devendo ser considerada a função social da propriedade e os seguintes critérios, quando houver: plano de bacia hidrográfica; zoneamento ecológico-econômico; proximidade com outra reserva legal, área de preservação permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida²².

Medida Provisória nº 2.166-67/01: Acrescenta e altera dispositivos do Código Florestal.

Lei Estadual nº. 14.675/09: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente. Estabelece nos artigos 120 a 130 disposições sobre Reserva Legal. Destaca-se o artigo 127, o qual dispõe que a reserva legal de propriedades limítrofes às unidades de conservação deve, sempre que possível, concentrar-se junto aos limites da unidade. O artigo 128 indica a possibilidade de averbação da reserva legal em forma de mosaico, junto às áreas ambientalmente protegidas, entre as quais as de preservação permanente, formando corredores ecológicos.

²⁰ Artigo 1º, § 2º, III da Lei Federal nº. 4.771/65. Acrescido pela MP 2.166-67/2001.

²¹ A supressão de Florestas e outras formas de vegetação nativas deve ser devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente nas formas estabelecidas na lei.

²² Artigo 16, § 4º, I a V da Lei Federal nº. 4.771/65. Acrescido pela MP 2.166-67/2001.

7 QUEIMADAS

Lei Federal nº. 4.771/65: Institui o Código Florestal Brasileiro. O artigo 27 proíbe o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação. Porém, admite que, caso as peculiaridades locais ou regionais justifiquem o emprego de fogo em atividades agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do poder público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução²³.

Decreto Federal nº. 2.661/98: Regulamenta o parágrafo único do artigo 27 do Código Florestal, mediante o estabelecimento de normas de precaução, relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais. Tal norma permite, mediante a queima controlada previamente autorizada por órgão do SISNAMA²⁴, o emprego de fogo em práticas florestais e agropastoris. Considera queima controlada o emprego de fogo como fator de produção e manejo em atividades agropastoris e florestais e, para fins de pesquisa científica e tecnológica, em áreas com limites físicos previamente definidos. O órgão ambiental estabelecerá critérios para a concessão da autorização. Apesar de eventualmente permitir a queima controlada, a mesma norma estabelece restrições. O artigo 1º expressamente veda o emprego do fogo: I - nas florestas e demais formas de vegetação; III - numa faixa de: d) cinquenta metros a partir de aceiro, que deve ser preparado, mantido limpo e não cultivado, de dez metros de largura ao redor das Unidades de Conservação. O artigo 22 prevê a possibilidade de eventual autorização de queima controlada para manejo do ecossistema e prevenção de incêndio, desde que esteja previsto no plano de manejo da unidade de conservação.

Resolução CONAMA nº. 11/88: Dispõe sobre as queimadas em Unidade de Conservação. Apresenta normas apenas nos casos de queimadas na área da UC, não dispondo sobre a ZA. Destaque para o artigo 2º: desde que previsto no respectivo plano de manejo, é permitida a construção ou abertura de aceiros, caminhos e pequenas barragens no interior das Unidades de Conservação, tendo em vista evitar e combater incêndios e sua propagação. O parágrafo terceiro do mesmo artigo dispõe que, nas localidades vizinhas às unidades de conservação, devem ser feitos programas educativos sobre o controle ou prevenção de incêndios em áreas naturais.

Lei Estadual nº. 14.675/09: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente. Estabelece no artigo 253 que é proibido promover queimadas, exceto quando autorizado pelo órgão competente.

Instrução Normativa FATMA nº. 30: Apresenta instruções para o processo de autorização de queima controlada.

²³ Artigo 27, parágrafo único da lei federal nº. 4.771/65.

²⁴ Sistema Nacional do Meio Ambiente.

8 FAUNA

Lei Federal nº. 5.197/67: Dispõe sobre a proteção à fauna. Destaca-se o artigo 10, o qual dispõe que a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre são proibidas: Alínea "f": nos estabelecimentos oficiais e açudes do domínio público, bem como nos terrenos adjacentes, até a distância de cinco quilômetros; Alínea "h": nas áreas destinadas à proteção da fauna, da flora e das belezas naturais.

Lei Estadual nº. 12.854/03: Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

Instrução Normativa nº. 3/03, do Ministério do Meio Ambiente: Institui a Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.

9 RECURSOS HÍDRICOS

Lei Federal nº. 9.433/97: Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal. Destaque para o artigo 1º, que apresenta os fundamentos da PNRH: IV - a bacia hidrográfica e a unidade territorial para implementação da PNRH; e VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. O artigo 3º apresenta as diretrizes para a implementação da PNRH: II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País; III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental; IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; e V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo.

Decreto Federal nº. 24.643/34: Decreta o Código de Águas.

Lei Estadual nº. 9.022/93: Dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Lei Estadual nº. 9.748/94: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Lei Estadual nº. 14.675/09: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente. Estabelece nos artigos 215 a 238 disposições sobre a proteção dos recursos hídricos.

Resolução CONAMA nº. 357/05: Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.

10 AGRICULTURA

Lei Federal nº. 8.171/91: Estabelece a Política Agrícola. Dispõe no artigo 3º, IV, que proteger o meio ambiente, garantir seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais são objetivos da política agrícola. O artigo 19º, parágrafo único, estabelece que a fiscalização e o uso racional dos recursos naturais do meio ambiente são também de responsabilidade dos proprietários de direito, dos beneficiários da reforma agrária e dos ocupantes temporários de imóveis rurais.

Lei Federal nº. 10.831/03: Dispõe sobre a agricultura orgânica.

Lei Estadual nº. 8.676/92: Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural.

Lei Estadual nº. 11.634/00: Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Produção Agroecológica.

11 ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGMS)

Lei Federal nº.11.460/07: Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº. 11.105, de 24 de março de 2005.

Lei Federal nº. 11.105/05: Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB.

Decreto Federal nº. 5.591/05: Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº. 11.105/05.

Lei Federal nº. 9.985/00 (SNUC): O artigo 57-A dispõe que o poder público estabelecerá os limites para o plantio de OGM nas áreas que circundam as unidades de conservação, até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado seu respectivo plano de manejo. O artigo 27, § 4º da Lei do SNUC estabelece que o plano de manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de OGM nas Áreas de Proteção Ambiental e nas ZA das demais categorias de UCs, observadas as informações contidas na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) sobre: I - O registro de ocorrência de ancestrais diretos e parentes silvestres; II - As características de reprodução, dispersão e sobrevivência do OGM; III - O isolamento reprodutivo do OGM em relação aos seus ancestrais diretos e parentes silvestres; IV - Situações de risco do OGM à biodiversidade; V - Incentivo à criação de RPPN (isenta do ITR) e potencial de exploração do turismo ecológico e da educação ambiental, captação de recursos para infraestrutura.

Decreto Federal nº. 5.950/06: regulamenta o artigo 57-A e define faixas limites para o plantio dos seguintes OGM nas áreas circunvizinhas às unidades de conservação, em projeção horizontal a partir do seu perímetro, até que seja definida sua ZA e aprovado o plano de manejo: I - 500 metros para soja, evento GTS 40-3-2, que confere tolerância ao herbicida glifosfato; II - 800 metros para algodão, evento 531, que confere resistência a insetos; e III - 5 mil metros para algodão, evento 531, que confere resistência a insetos, quando existir ocorrência de parente ancestral direto ou parente silvestre na UC.

12 CRIMES E INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Lei Federal nº. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais): Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Destacam-se o artigo 29: Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida; o artigo 38: Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção; 39: Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente; o artigo 40: Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e nas áreas circundantes das UCs; e o artigo 41: Provocar incêndio em mata ou floresta.

Decreto nº. 6.514/08: Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Regulamenta a Lei nº. 9.605/98 (Crimes Ambientais e Infrações Administrativas). Os artigos 84 a 93 apresentam dispositivos relacionados às infrações cometidas exclusivamente em Unidades de Conservação.

Decreto nº. 6.686/08: Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº. 6.514/08.

13 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lei Federal nº. 9.795/99: Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Destaca-se o parágrafo único do artigo 13, dispondo que o Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal, incentivará: IV - a sensibilização da sociedade para a importância das Unidades de Conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às Unidades de Conservação; e VI - a sensibilização ambiental dos agricultores.

Lei Estadual nº. 13.558/05: Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental. Destaque para o artigo 19: O Poder Público, no âmbito estadual e municipal, incentivará: IV - a sensibilização: a) da sociedade para a importância da criação, gestão e manejo de unidades de conservação e no seu entorno.

Lei Estadual nº. 14.675/09: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente. Estabelece nos artigos 169 a 174 disposições sobre educação ambiental. O artigo 170 dispõe que a FATMA e a Polícia Ambiental podem credenciar entidades que realizam educação

Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada – Relatório Temático da Legislação e Normas Pertinentes

ambiental especializada, com capacidade técnica e metodológica comprovada, para efetuar capacitação sobre legislação ambiental, condutas ambientalmente adequadas e sensibilização de autuados por infrações ambientais.

14 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Lei Federal nº. 10.650/03: Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. Destaca-se o artigo 2º, que obriga os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do SISNAMA, a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos, que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico.

Lei Estadual nº. 14.675/09, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente: Estabelece nos artigos 187 a 193 disposições sobre o Sistema Estadual de Informações Ambientais. Destaca que os órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente devem possuir sistemas de informações ambientais unificados entre si, capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade.

15 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Lei Federal nº. 6.938/81: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

Decreto Federal nº. 99.274/90: Regulamenta a Lei nº. 6.938/81. Estabelece nos artigos 17 a 19 regramento para o licenciamento ambiental.

Lei Estadual nº. 14.675/09: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente. Estabelece nos artigos 29 a 46 disposições sobre licenciamento ambiental. Expressa que são passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão estadual de meio ambiente as atividades consideradas, por meio de Resolução do CONSEMA, potencialmente causadoras de degradação ambiental²⁵. Cabe ao CONSEMA estabelecer, após oitiva da FATMA, as restrições incidentes nas áreas circundantes de UCs, até que seja definida a zona de amortecimento e aprovado o plano de manejo²⁶. Considera-se UC afetada por atividade ou empreendimento de significativo impacto ambiental quando este for instalado no seu interior ou zona de amortecimento, ou, ainda, quando os estudos para fins de licenciamento indicarem essa afetação²⁷.

Resolução CONAMA nº. 01/86: Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

²⁵ Artigo 29 da Lei Estadual nº. 14.675/09.

²⁶ Artigo 144 da Lei Estadual nº. 14.675/09.

²⁷ Artigo 145 da Lei Estadual nº. 14.675/09.

Resolução CONAMA nº. 09/87: Dispõe sobre a realização de audiências públicas.

Resolução CONAMA nº. 237/97: Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81).

Resolução CONAMA nº. 305/02: dispõe sobre o licenciamento ambiental para atividades e empreendimentos com OGM. Destaque para o artigo 6º que estabelece a necessidade de licenciamento ambiental nas atividades e empreendimentos em área com restrições previstas na legislação ambiental e, quando disponível, em áreas com restrições para determinado OGM.

Resolução CONAMA nº. 334/03: Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

Resolução CONSEMA nº. 01/2006: Aprova a listagem das atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, passíveis de licenciamento ambiental pela FATMA e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.

Resolução CONSEMA nº. 03/2008: Atualiza a listagem das atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, passíveis de licenciamento ambiental pela FATMA.

Resolução CONAMA nº. 428/2010: Em substituição à Resolução CONAMA nº 13/1990, que tratava da autorização pelas UC's, em licenciamentos ambientais num raio de 10 km do entorno, o CONAMA editou a Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração de uma UC, conforme trata o parágrafo 3º do artigo 36 da Lei do SNUC, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC, em casos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA. A Resolução CONAMA nº 13/1990 é expressamente revogada, juntamente com outras resoluções, no artigo 8º desta nova resolução. Entretanto, a concessão da licença continua condicionada à autorização do órgão responsável pela gestão da UC. Da mesma forma, os projetos e atividades realizados na zona de amortecimento, caso sejam considerados potencialmente impactantes e sejam sujeitos ao licenciamento ambiental, devem passar pela análise e parecer do conselho consultivo da unidade e ser previamente aprovados pelo órgão gestor da UC, segundo o artigo 46 do SNUC e art.19, VIII do Decreto Federal nº. 4.340/02.

16 INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA FATMA PARA DIVERSAS ATIVIDADES

Instrução Normativa FATMA nº. 07 – Atividades de Mineração.

Instrução Normativa FATMA nº. 11 – Suinocultura.

Instrução Normativa FATMA nº. 12 – Orizicultura.

Instrução Normativa FATMA nº. 15 – Averbação de Reserva Legal.

Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada – Relatório Temático da Legislação e Normas Pertinentes

Instrução Normativa FATMA nº. 16 – Recuperação de área florestal degradada.

Instrução Normativa FATMA nº. 17 – Pomares e cultivos de palmácea e musácea.

Instrução Normativa FATMA nº. 20 – Florestamento e reflorestamento de essências arbóreas em áreas acima de 50 ha.

Instrução Normativa FATMA nº. 22 – Manejo Florestal Sustentado.

Instrução Normativa FATMA nº. 23 – Supressão de vegetação nativa em área rural.

Instrução Normativa FATMA nº. 27 – Corte eventual de árvores.

Instrução Normativa FATMA nº. 28 – Avicultura.

Instrução Normativa FATMA nº. 30 – Queima Controlada.

Instrução Normativa FATMA nº. 34 – Lista as atividades sujeitas ao cadastro ambiental.

Instrução Normativa FATMA nº. 41 – Termo de Ajustamento de Conduta Suinocultura

Instrução Normativa FATMA nº. 42 – Termo de Ajustamento de Conduta Avicultura.

Instrução Normativa FATMA nº. 43 – Supressão de vegetação (espécies exóticas) em áreas de preservação permanente – APP em área urbana e rural.

Instrução Normativa FATMA nº. 46 – Reposição florestal.

17 LEIS MUNICIPAIS

17.1 Orleans/SC

Lei Complementar nº. 1.529/00: Institui a Política Municipal de Meio Ambiente e Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente. O artigo 3º destaca como objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente: I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com aqueles dos órgãos federais e estaduais, quando necessário; VII - preservar e conservar as áreas protegidas no Município; VIII - promover a educação ambiental à sociedade e especialmente na rede de ensino municipal.

Lei Promulgada nº. 003/05: Dispõe sobre emendas de revisão e alterações da Lei Orgânica Municipal e da outras providências. O Art. 3º, V apresenta como objetivos fundamentais dos cidadãos e de seus representantes envidar esforços na manutenção e recuperação do meio-ambiente, de forma individual ou mediante convênio com pessoas de direito público ou privado. O art. 138, III orienta o Município a prestar assistência aos agricultores e às suas organizações mediante a participação nos programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis;

Lei Municipal nº. 2.151/07: Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Lei Municipal nº. 2.154/07: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Instituir a Fundação Ambiental Municipal de Orleans – FAMOR.

Lei Complementar nº. 2.147/08: Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Orleans. Destaque para o artigo 3º que determina que a propriedade urbana e rural deve cumprir a sua função social atendendo às exigências fundamentais de ordenação do Município, assegurando o atendimento das necessidades dos munícipes, no que diz respeito à qualidade de vida, considerando a geração e distribuição de riqueza, inclusão social, e o equilíbrio ambiental, visando atender à presente e às futuras gerações.

O artigo 5º apresenta como diretrizes da política urbana:

XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. O artigo 10 dispõe que compete ao Poder Público Municipal, com a participação da sociedade civil, garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal, articulado ou não com o Estado e a União, por seus órgãos da administração direta e/ou indireta: V - incentivar a participação da população na definição e monitoramento de planos de desenvolvimento e de gestão ambiental municipal para: e) proteger os cursos d'água, os mananciais, as Áreas de Preservação Permanente - APP's e Áreas de Proteção Ambiental - APA, e matas ciliares, conforme Código Florestal;

VIII - proteger as áreas correspondentes aos Parques Nacional e Estadual, com uma região envoltória, denominando-a de Área de Proteção Ambiental - APA- Municipal, a ser instituída mediante lei própria e com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O artigo 13 estabelece o Sistema Municipal de Áreas Verdes, composto das praças públicas, parques existentes e os a seguir relacionados, propostos no Mapa de Meio Ambiente, Anexo 1:

I - Área da Proteção Ambiental Municipal - APA Municipal a ser criada por legislação específica, corresponde à região envoltória do Parque Nacional de São Joaquim e do Parque Estadual da Serra Furada, conforme indicação no Mapa de Meio Ambiente, Anexo 1. O artigo 18 orienta a proteção da rede hídrica na área rural mediante o controle sobre a ocupação do solo rural deve conforme a seguinte hierarquia: a) Nível 1 - máximo, na área dos Parques, que já estão sujeitos às legislações federal e estadual;

Decreto Municipal nº. 2.904/08: Habilita o Município de Orleans junto ao CONSEMA para fins de licenciamento ambiental de impacto local. Para o exercício do licenciamento ambiental o Município assume o nível de complexidade III, constante do anexo III da Resolução CONSEMA 02/2006.

17.2 Grão Pará/SC

Lei Municipal nº. 1.103/01: Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA. Destaque para o artigo 2º que indica como competência do conselho: III - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes; VI - propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes. O artigo 8º orienta o COMDEMA a estabelecer intercâmbio com os órgãos de outras Administrações Municipais, bem como com as esferas Estadual e Federal, nos assuntos concernentes ao seu âmbito de competência, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do Meio Ambiente no Município.

Emenda Global à Lei Orgânica Municipal de Grão-Pará nº. 001/2006: Destaque para o Capítulo IV que dispõe sobre o Meio Ambiente. Estabelece que incumbe ao município, em articulação com órgãos federais e estaduais: promover a educação ambiental na sua rede de ensino e conscientização pública para a preservação do meio-ambiente; definir, em lei complementar, os espaços territoriais do município e seus componentes a serem especialmente protegidos e a forma da permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção; fiscalizar de forma integrada com os órgãos estaduais e federais o desmatamento desordenado, as queimadas clandestinas, a caça e a pesca predatória no município; promover e manter o inventário e o mapeamento da cobertura vegetal nativa, visando a adoção de medidas especiais, de proteção, bem como, promover o reflorestamento, em especial, às nascentes, às margens de rios e lagos locais, visando sua perenidade; estimular e contribuir para a recuperação de vegetação em áreas urbanas e rurais, com plantio de árvores preferencialmente frutíferas e nativas, objetivando, especialmente, a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal; incentivar e auxiliar tecnicamente as associações de proteção ao meio ambiente constituídas na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência de atuação; instituir programas especiais mediante a integração de todos os seus órgãos, objetivando incentivar os proprietários rurais a executarem as práticas de conservação do solo e da água, de preservação e reposição de matas ciliares e replantio de espécies nativas; despertar a consciência ecológica, através de campanhas educativas²⁸.

²⁸ Artigo 171, § 1º, III e Artigo 171§ 2º, I, III, V, VI, VII e X.

Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada – Relatório Temático da Legislação e Normas Pertinentes